

**Desenvix Energias  
Renováveis S.A.**  
**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2012  
e relatório dos auditores independentes**



## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Desenvix Energias Renováveis S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Desenvix Energias Renováveis S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Desenvix Energias Renováveis S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.



Desenvix Energias Renováveis S.A.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenvix Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenvix Energias Renováveis S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **Ênfase**

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Desenvix Energias Renováveis S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.




Desenvix Energias Renováveis S.A.

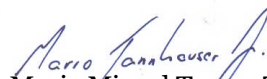
**Outros assuntos**

**Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado**

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Florianópolis, 28 de março de 2013

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" SC

  
Mario Miguel Tomaz Tannhauser Junior  
Contador CRC 1SP217245/O-8 "S" SC

# Desenvix Energias Renováveis S.A.

## Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011		2012	2011	2012	2011
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	7.126	406	127.077	41.490	Fornecedores (Nota 12)	3.077	5.167	111.733	140.880
Aplicação financeira restrita (Nota 7)		24.799		24.799	Financiamentos (Nota 13)	18.695	49.665	74.052	81.519
Contas a receber (Nota 6)	1.334	2.550	28.675	34.505	Partes relacionadas (Nota 11)	50.641	138.394	30.078	123.059
Dividendos a receber (Nota 11(a))	14.913	2.877	777		Concessões a pagar (Nota 14)			6.255	5.371
Impostos a recuperar	1.843	2.109	4.669	3.560	Salários e encargos sociais	1.978	1.213	4.240	2.756
Estoques			1.030	696	Impostos e contribuições a recolher (Nota 15)	11.033	8.055	14.886	12.610
Outros ativos	692	9.796	4.832	18.627	Imposto de renda e contribuição social a recolher (Nota 23)			6.010	4.387
	<u>25.908</u>	<u>42.537</u>	<u>167.060</u>	<u>123.677</u>	Provisão para contrato de energia (Nota 18)			33.058	
Investimentos mantidos para venda (Nota 31)	16.976		16.976		Dividendos propostos		529	47	529
	<u>42.884</u>	<u>42.537</u>	<u>184.036</u>	<u>123.677</u>	Outros passivos (Nota 16)	2.040	2.043	29.725	10.381
						<u>87.464</u>	<u>205.066</u>	<u>310.084</u>	<u>381.492</u>
<b>Não circulante</b>					<b>Não circulante</b>				
Realizável a longo prazo					Financiamentos (Nota 13)	98.910	8.839	874.782	674.156
Aplicação financeira restrita (Nota 7)	4.938		41.929	32.081	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 23(c))	6.676	6.924	6.676	6.924
Partes relacionadas (Nota 11)	128.124	91.066	43.425	33.680	Concessões a pagar (Nota 14)			55.015	66.593
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 23(c))			5.604	2.051	Outros passivos (Nota 16)			12.857	3.716
Outros ativos			31	60		<u>105.586</u>	<u>15.763</u>	<u>949.330</u>	<u>751.389</u>
	<u>133.062</u>	<u>91.066</u>	<u>90.989</u>	<u>67.872</u>	<b>Total do passivo</b>	<u>193.050</u>	<u>220.829</u>	<u>1.259.414</u>	<u>1.132.881</u>
Investimentos (Nota 8)	685.566	650.821	187.956	136.911	<b>Patrimônio líquido - atribuído aos acionistas da Controladora (Nota 17)</b>				
Imobilizado (Nota 9)	497	462	1.367.517	1.257.604	Capital social	665.312	546.787	665.312	546.787
Intangível (Notas 10)	17.183	32.516	116.380	144.953	Ajuste de avaliação patrimonial	44.432	41.867	44.432	41.867
	<u>836.308</u>	<u>774.865</u>	<u>1.762.842</u>	<u>1.607.340</u>	Reservas de lucros	8.448	7.919	8.396	7.867
					Prejuízos acumulados	(32.050)	-	(31.998)	-
						<u>686.142</u>	<u>596.573</u>	<u>686.142</u>	<u>596.521</u>
					Participação dos não controladores			1.322	1.615
					<b>Total do patrimônio líquido</b>	<u>686.143</u>	<u>596.573</u>	<u>687.464</u>	<u>598.136</u>
<b>Total do ativo</b>	<u>879.192</u>	<u>817.402</u>	<u>1.946.878</u>	<u>1.731.017</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u>879.192</u>	<u>817.402</u>	<u>1.946.878</u>	<u>1.731.017</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

# Desenvix Energias Renováveis S.A.

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>Receita</b>				
Fornecimento de energia elétrica			175.609	130.061
Serviços prestados	5.251	5.987	22.618	13.342
<b>Receita operacional (Nota 19)</b>	5.251	5.987	198.227	143.403
Custo do fornecimento de energia elétrica (Nota 20)			(76.728)	(64.524)
Custo dos serviços prestados (Nota 20)	(5.028)	(7.775)	(14.261)	(9.309)
	(5.028)	(7.775)	(90.989)	(73.833)
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>	223	(1.788)	107.238	69.570
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>				
Gerais e administrativas (Nota 20)	(13.280)	(11.249)	(48.445)	(28.213)
Com estudos em desenvolvimento (Nota 22)	(3.793)	(4.352)	(3.793)	(4.352)
Perdas com contratos de energia				(2.466)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(219)	73	(276)
	(17.056)	(15.820)	(52.165)	(35.307)
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias</b>	(16.833)	(17.608)	55.073	34.263
<b>Resultado financeiro (Nota 21)</b>				
Despesas financeiras	(30.315)	(16.914)	(92.806)	(54.729)
Receitas financeiras	4.764	3.896	7.592	7.083
	(25.551)	(13.018)	(85.214)	(47.646)
<b>Resultado de participações societárias (Nota 8)</b>				
Equivalência patrimonial	8.400	15.726	3.437	1.580
Dividendos recebidos	1.074	941	1.074	941
Ganho com investimento (Nota 28(c))	441	17.264	441	17.264
Amortização de Agio sobre Investimento	(1.150)	(383)	(1.150)	(383)
Provisão para passivo a descoberto		(2.466)		
	8.765	31.082	3.802	19.402
<b>(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	(33.619)	456	(26.339)	6.019
Imposto de renda e contribuição social (Nota 23)	1.569	1.772	(5.283)	(3.571)
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>	(32.050)	2.228	(31.622)	2.448
<b>Atribuível a</b>				
Acionistas da Controladora			(31.998)	2.546
Participação de não controladores			376	(98)
			(31.622)	2.448
(Prejuízo) lucro básico e diluído por lote de mil ações (Nota 29)			(0,2978)	0,0255

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>	<u>(32.049)</u>	<u>2.228</u>	<u>(31.622)</u>	<u>2.448</u>
<b>Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos</b>				
Variação do valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	<u>2.565</u>	<u>6.280</u>	<u>2.565</u>	<u>6.280</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u>(29.484)</u>	<u>8.508</u>	<u>(29.057)</u>	<u>8.728</u>
<b>Atribuível a</b>				
Acionistas da Controladora			(29.433)	8.826
Participação dos não controladores			<u>376</u>	<u>(98)</u>
			<u>(29.057)</u>	<u>8.728</u>

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais do resultado abrangente estão apresentados na Nota 8.

# Desenvix Energias Renováveis S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da controladora									Em IFRS	
	Reservas de lucros					Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido - CPC	Baixa do ativo diferido	Total do patrimônio líquido - IFRS	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Legal	Retenção de lucros	Total						
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<u>546.787</u>	<u>35.587</u>	<u>628</u>	<u>5.592</u>	<u>6.220</u>		<u>588.594</u>	<u>(370)</u>	<u>588.224</u>		<u>588.224</u>
Resultado abrangente											
Lucro líquido do exercício						2.228	2.228	318	2.546	(98)	2.448
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 8(a))		6.280					6.280		6.280		6.280
Total do resultado abrangente do exercício		<u>6.280</u>				<u>2.228</u>	<u>8.508</u>	<u>318</u>	<u>8.826</u>	<u>(98)</u>	<u>8.728</u>
Participação de não controladores decorrente da aquisição de participação societária										1.713	1.713
Destinação do lucro											
Reserva legal			111		111	(111)					
Retenção de lucros				1.588	1.588	(1.588)					
Dividendos propostos (Nota 18)						(529)	(529)		(529)		(529)
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas			<u>111</u>	<u>1.588</u>	<u>1.699</u>	<u>(2.228)</u>	<u>(529)</u>		<u>(529)</u>	<u>1.713</u>	<u>1.184</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<u>546.787</u>	<u>41.867</u>	<u>739</u>	<u>7.180</u>	<u>7.919</u>		<u>596.573</u>	<u>(52)</u>	<u>596.521</u>	<u>1.615</u>	<u>598.136</u>
Resultado abrangente											
Prejuízo líquido do exercício						(32.049)	(32.049)	52	(31.998)	376	(31.622)
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 25)		2.565					2.565		2.565		2.565
Total do resultado abrangente do exercício		<u>2.565</u>				<u>(32.049)</u>	<u>(29.484)</u>	<u>52</u>	<u>(29.484)</u>	<u>376</u>	<u>(29.056)</u>
Aumento de capital por meio de conversão de dívida	120.000						120.000		120.000	480	120.480
Despesas com emissão de ações	(1.475)						(1.475)		(1.475)		(1.475)
Destinação do lucro											
Reserva legal											
Retenção de lucros				529	529		529		529		529
Dividendos propostos (Nota 18)										(49)	(49)
Aquisição de participação adicional e ganho com investimento na Energen junto a não controladores										(1.100)	(1.100)
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	<u>118.525</u>			<u>529</u>	<u>529</u>		<u>119.054</u>		<u>119.054</u>	<u>669</u>	<u>118.385</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<u>665.312</u>	<u>44.432</u>	<u>739</u>	<u>7.709</u>	<u>8.448</u>	<u>(32.049)</u>	<u>686.143</u>		<u>686.142</u>	<u>1.322</u>	<u>687.465</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.



# Desenvix Energias Renováveis S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro (Prejuízo) antes dos tributos</b>	(33.619)	456	(26.339)	6.019
<b>Ajustes</b>				
Receita financeira do realizável a longo prazo	(408)		(2.439)	(2.089)
Equivalência patrimonial	(8.400)	(15.726)	(3.437)	(1.580)
Provisão para passivo a descoberto		2.466		
Ajuste ao valor recuperável do ativo intangível		4.352		4.352
Gastos com estudo e desenvolvimento	3.793		3.793	
Ganho na remensuração de participação anterior	(441)	(17.264)	(441)	(17.264)
Valor residual do ativo imobilizado baixado			29.584	
Depreciação e amortização	1.207	427	50.616	30.718
Provisão para perda com contrato de energia			33.058	2.466
Provisão para créditos de realização duvidosa		220		220
Encargos financeiros de financiamentos, concessões a pagar e garantias	10.048	10.238	69.514	44.899
Provisão para custos socioambientais			4.730	3.599
	(27.820)	(14.831)	158.639	71.340
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Contas a receber	1.216	4.136	5.830	(4.836)
Impostos a recuperar	266	(663)	(1.109)	(1.041)
Outros ativos e despesas antecipadas	7.629	(6.545)	12.228	(13.816)
Fornecedores	(2.090)	4.406	(114.819)	20.160
Salários e encargos sociais	765	300	1.484	459
Contas a pagar investimentos em terras	20	(609)	(435)	(1.371)
Provisão para perda com contrato de energia				(4.703)
Impostos e contribuições	2.978	4.085	2.276	4.972
Outros passivos	239	6	(1.918)	2.242
	(16.797)	(9.715)	62.176	73.406
<b>Caixa proveniente das (aplicado nas) operações</b>				
Juros pagos sobre financiamentos	(11.316)	(11.130)	(61.962)	(46.606)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(8.783)	(5.565)
	(28.113)	(20.845)	(8.569)	21.235
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
(Aplicação) resgate de aplicação financeira restrita	20.269	(24.799)	17.390	(36.652)
Aquisição de investimentos e aportes de capital	(83.899)	(78.351)	(43.836)	(37.657)
Aquisição de terras		(499)		(499)
Dividendos recebidos (pagos)	33.328	8.843	(1.074)	
Aquisição de bens do imobilizado	(92)	(215)	(68.927)	(379.593)
Aquisição de participação, líquido do caixa recebido				(17.982)
<b>Partes relacionadas</b>				
Concessão e pagamentos de recursos	(16.220)	(62.588)	11.577	(23.316)
Obtenção e recebimento de recursos	23.560	133.310	454	138.165
Aquisição de licença ambiental ou outras adições			(7.043)	
Gastos apropriados ao ativo intangível	(3.793)	(7.228)	(3.793)	(17.612)
	(26.847)	(31.527)	(95.252)	(375.146)

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

(continuação)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Obtenção de financiamentos	215.129	211.052	376.353	561.916
Pagamentos de financiamentos - principal	(153.449)	(197.409)	(187.425)	(224.187)
Aporte de capital pelos minoritários em caixa			480	
<b>Caixa líquido obtido das atividades de financiamentos</b>	<u>61.680</u>	<u>13.643</u>	<u>189.408</u>	<u>337.729</u>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	(6.720)	(38.729)	(85.587)	(16.182)
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<u>406</u>	<u>39.135</u>	<u>41.490</u>	<u>57.672</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	<u>7.126</u>	<u>406</u>	<u>127.077</u>	<u>41.490</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>Receitas</b>				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	5.686	6.360	212.333	154.469
Provisão para devedores duvidosos - reversão e constituição		(219)		(219)
Outras receitas	17		73	(57)
Receitas relativas à construção de ativos próprios		7.228		79.980
	<u>5.703</u>	<u>13.369</u>	<u>212.406</u>	<u>234.173</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS e IPI)</b>				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	1.052	3.002	22.769	37.735
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	10.810	19.665	45.332	82.749
Perda/recuperação de valores ativos				(31)
	<u>11.862</u>	<u>22.667</u>	<u>68.101</u>	<u>120.453</u>
<b>Valor adicionado bruto (1-2)</b>	<u>(6.159)</u>	<u>(9.298)</u>	<u>144.305</u>	<u>113.720</u>
<b>Retenções</b>				
Depreciação, amortização e exaustão	1.207	427	51.766	30.718
	<u>1.207</u>	<u>427</u>	<u>51.766</u>	<u>30.718</u>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)</b>	<u>(7.366)</u>	<u>(9.725)</u>	<u>92.539</u>	<u>83.002</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	8.400	15.726	3.437	1.580
Receitas financeiras	4.764	3.896	7.592	7.083
Outras receitas	1.074	941	1.074	941
Ganho com investimento	441	17.264	441	17.264
	<u>14.679</u>	<u>37.827</u>	<u>12.544</u>	<u>26.868</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir (5+6)</b>	<u>7.313</u>	<u>28.102</u>	<u>105.083</u>	<u>109.870</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
Pessoal e encargos	9.463	9.684	19.283	21.160
Impostos, taxas e contribuições	(1.132)	(1.399)	22.422	15.024
Juros e aluguéis	31.031	17.589	95.003	71.238
Lucros retidos/prejuízo do período	(32.049)	2.228	(32.001)	2.546
Participação dos não controladores nos lucros retidos			376	(98)
	<u>7.313</u>	<u>28.102</u>	<u>105.083</u>	<u>109.870</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

# Desenvix Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 1 Contexto operacional

#### (a) Operações

A Desenvix Energias Renováveis S.A. (a "Companhia") e suas controladas (conjuntamente "o Grupo"), com sede social em Barueri - São Paulo, tem por atividade principal a participação no capital social de outras empresas nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica.

O Grupo atua de maneira integrada dominando todo o ciclo de negócio, desde a execução de inventários, passando pelo licenciamento, modelagem econômico-financeira, financiamento, construção, até a operação de empreendimentos de transmissão e geração de energia.

O Grupo investe em empreendimentos de geração de energia elétrica por meio de (i) Usinas Hidrelétricas ("UHE"); (ii) Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCH"); (iii) Usinas Eólicas ("UEE"); (iv) Usinas Térmicas de Biomassa ("UTE"); e (v) Linhas de Transmissão ("LT").

A Companhia passou de 9 MW instalados em 2005 para 349 MW em setembro de 2012, compreendendo 15 empreendimentos em operação de geração de energia elétrica 100% renováveis. Adicionalmente a Companhia participa com 25,5% em duas linhas de transmissão em implantação com 511 km de extensão.

#### (i) Empreendimentos em operação

O Grupo, por intermédio de empresas controladas, detém diversas autorizações e concessões para operação de empreendimentos em operação que incluem:

<u>Empresas</u>	<u>Fonte de Energia</u>	<u>Data de início das operações</u>	<u>Capacidade instalada em MW</u>	<u>Vencimento do contrato (autorizações/concessões)</u>
Esmeralda S.A.	PCH	23 de dezembro de 2006	22,2	21 de dezembro de 2031
Santa Laura S.A.	PCH	1º de outubro de 2007	15	27 de setembro de 2030
Santa Rosa S.A.	PCH	1º de julho de 2008	30	31 de maio de 2031
Moinho S.A.	PCH	19 de setembro de 2011	13,7	14 de agosto de 2038
Energica Energética S.A.	UTE	26 de outubro de 2011	33	25 de fevereiro de 2044
Passos Maia Energética S.A.	PCH	17 de fevereiro de 2012	25	2 de março de 2034
Monel Monjolinho Energética S.A.	UHE	31 de agosto de 2009	74	22 de abril de 2037
Dona Francisca Energética S.A.	UHE	Fevereiro de 2011	125	28 de agosto de 2033
CERAN - Cia. Energética Rio das Antas (i)	UHE	Janeiro de 2005	360	31 de dezembro de 2029
Macaúbas Energética S.A.	UEE	5 de julho de 2012	35,07	16 de junho de 2045
Novo Horizonte Energética S.A.	UEE	5 de julho de 2012	30,06	28 de julho de 2045
Seabra Energética S.A.	UEE	5 de julho de 2012	30,06	28 de julho de 2045
Energen Energias Renováveis S.A.	UEE	28 de setembro de 2012	34,5	05 de julho de 2045

(i) A CERAN - Cia. Energética Rio das Antas é a empresa responsável pela construção e operação do Complexo Energético Rio das Antas. A Companhia detém 5% deste empreendimento. O complexo é formado pelas UHEs Monte Claro, Castro Alves e 14 de julho. O projeto é operado pela CPFL Geração de Energia S.A.

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(ii) Projetos em construção - Linhas de transmissão**

A Desenvix detém participação de 25,5% na Goiás Transmissão S.A. e de 25,5% na MGE Transmissão S.A., ambas em fase de implantação.

No total, as duas linhas têm 511 km de extensão, sendo 253 km da Goiás Transmissora e 258 km da MGE Transmissora. Os investimentos totais serão da ordem de R\$ 730 milhões e o início da operação comercial está previsto para o segundo semestre de 2013.

Em setembro de 2011, a Desenvix obteve o registro de Companhia aberta da pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), seguido pelo evento de listagem das ações da Companhia no Bovespa Mais. A Companhia adota elevados padrões de governança corporativa em consonância com os principais padrões exigidos das companhias abertas, dentre eles, adoção de Conselho de Administração e Conselho Fiscal, contratação de auditoria externa e manutenção de Área de Relações com Investidores.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 28 de março de 2013.

#### **(b) Alterações societárias**

Em 12 de agosto de 2011, os acionistas da Companhia, a Jackson Empreendimentos Ltda. ("Jackson") e o Fundação dos Economiários Federais ("FUNCEF"), celebraram um Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Compra e Venda") com a Statekraft Norfund Power Invest AS ("SN Power"), para alienação de participação acionária na Desenvix à SN Power e aporte de capital novo pela última, após o cumprimento de algumas condições precedentes. No dia 8 de março de 2012, após o cumprimento de todas as condições precedentes, a SN Power passou a integrar definitivamente o corpo de acionistas da Desenvix. O valor desembolsado pela SN Power foi de R\$ 725 milhões (data-base março de 2012), sendo R\$ 120 milhões aportados no capital, por meio da aquisição de novas ações emitidas pela Companhia (operação primária) e R\$ 605 milhões adquiridos junto à Jackson e FUNCEF (operação secundária).

Também no dia 8 de março de 2012, os integrantes do novo bloco de controle da Companhia (Jackson e SN Power) celebraram um acordo de acionistas, regulando o seu relacionamento na qualidade de acionistas e controladores da Companhia. A Jackson passa a deter o controle indireto da Companhia através do Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix, enquanto que SN Power e FUNCEF detêm o controle direto da Companhia. A participação no capital social da Companhia passou a ser a seguinte: Jackson - 40,65%; SN Power - 40,65% e FUNCEF - 18,70%.

#### **(c) Evento relevante que afetou o resultado econômico do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012**

Nossa subsidiária integral UTE Decasa é uma usina de cogeração de energia movida a vapor d'água, proveniente do aquecimento d'água através da queima de bagaço de cana. O projeto foi estruturado de forma a aproveitar o resíduo resultante da operação da moagem de cana de açúcar, dependendo integralmente da boa operação da Usina sucroalcooleira na qual estamos "conectados".

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Como resultado da situação financeira do cogenerador da nossa subsidiária UTE Decasa, a qual prejudicou a oferta de vapor d'água, imprescindível para nosso funcionamento, a geração de energia foi de 21.106 MWh equivalente a 15% de um total de 140.160 MWh (Energia comercializada no LER 01/2008) previsto para o ano de 2012.

A Administração trabalhou com o objetivo de mitigar os prejuízos para o ano de 2012, além de reduzir a exposição aos riscos econômicos e financeiros, buscando junto aos Órgãos Reguladores do Setor Elétrico Nacional as seguintes ações: (i) a devolução da energia não gerada em 2012 ao longo de cinco anos, (ii) suspensão da aplicação da multa pela não entrega da energia em 2012, além (iii) da suspensão do Contrato de Compra e Venda de Energia por dois anos (2013 e 2014) com base na tese de Força Maior.

Em consonância com o pleito (iii), a ANEEL emitiu o despacho nº 280 no dia 31 de janeiro de 2013. O mesmo determina à CCEE que, a partir de fevereiro de 2013 (competência janeiro de 2013), na Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia de Reserva, promova a retenção da parcela da Receita Fixa referente ao Contrato de Energia de Reserva – CER da UTE Enercasa.

Uma vez que até a data dessas demonstrações financeiras a ANEEL não havia se pronunciado oficialmente quanto às demais solicitações. Consequentemente, a Administração optou pelo reconhecimento de R\$ 11 milhões como multa pela não entrega da energia contratada. Adicionalmente a Administração reclassificou a receita faturada e recebida pela energia não entregue durante 2012, estornando o valor de R\$ 22 milhões do resultado e adicionando valor de igual montante em seu passivo.

Como consequência do tratamento contábil pela energia não gerada, no total, nosso resultado de 2012 foi afetado em R\$ 33 milhões, sendo R\$ 11 milhões pelo custo da multa e R\$ 22 milhões pela perda da receita.

Caso o resultado das nossas solicitações, ainda pendentes de pronunciamento, seja favorável ao resultado da Companhia, a Administração realizará, ao longo do exercício de 2013 a baixa da provisão da multa reconhecida em 2012, bem como o reconhecimento da receita assim que a energia for entregue.

## **2 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

#### **(a) Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos das contas da Companhia e de suas empresas controladas, inclusive em conjunto, sendo esta última na proporção da participação mantida.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes empresas: (i) controladas - Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A., Monel Monjolinho Energética S.A., Moinho S.A., Macaúbas Energética S.A., Enercasa - Energia Caiuá S.A., Novo Horizonte Energética S.A., Seabra Energética S.A., Energen Energias Renováveis S.A., Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.; e (ii) controladas em conjunto - Passos Maia Energética S.A.

#### **(b) Demonstrações financeiras individuais**

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas (i) pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo; e (ii) pela manutenção dos saldos do ativo diferido nas demonstrações financeiras individuais de determinada controlada, enquanto que conforme IFRS o ativo diferido foi baixado contra o patrimônio líquido na data de transição.

#### **(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS vigindo a partir de 2013 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **2.2 Demonstrações financeiras consolidadas**

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

##### **(i) Controladas**

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora da adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que o Grupo atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações entre companhias e saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.



## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(ii) Transações e participações não controladoras**

O Grupo trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Quando o Grupo para de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

#### **(iii) Coligadas e controladas em conjunto**

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 2.13 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação na movimentação das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia.

Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas ou controlada em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### **2.3 Apresentação de informação por segmentos**

O Grupo não elabora informações por segmento, uma vez que atua preponderantemente na geração e comercialização de energia elétrica gerada por meio de contratos de longo prazo, que representam substancialmente a receita do Grupo nos anos de 2012 e de 2011.

#### **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

#### **2.5 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

#### **2.6 Ativos financeiros**

##### **2.6.1 Classificação**

A administração classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

##### **(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(b) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem “Contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “Caixa e equivalentes de caixa” (Notas 2.5 e 2.7).

#### **(c) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das outras categorias anteriores. Estes ativos financeiros são investimentos que estão apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

#### **2.6.2 Reconhecimento e mensuração**

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

A administração avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

#### **2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **2.6.4 Impairment de ativos financeiros**

##### **(a) Ativos mensurados ao custo amortizado**

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

#### (b) Ativos classificados como disponíveis para venda

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, o Grupo usa os critérios mencionados em (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

#### 2.7 Contas a receber

As contas a receber correspondem a: (i) suprimento de energia elétrica contratado até a data das demonstrações financeiras; e (ii) serviços prestados de consultoria e gerenciamento, contabilizados observando o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para para créditos de liquidação duvidosa (“PDD” ou *impairment*), se necessária.

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **2.8 Demais ativos circulantes e não circulantes**

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), imposto de renda e contribuição social, decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas. Os estoques, representados por peças de manutenção das usinas hidrelétricas, estão demonstrados ao custo, que não excede seu valor de realização.

As despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de carta de fiança bancária e seguros, apropriados *pro rata temporis*, e as despesas incorridas com processo de abertura de capital estão demonstradas ao custo.

#### **2.9 Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas**

Os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

A Companhia não possui investimentos no exterior. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos não realizados entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados, quando aplicável, na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

Quando a participação da Companhia nas perdas acumuladas das coligadas e controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada na conta "Provisão para passivo a descoberto" (Nota 8).

Controladas em conjunto são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da entidade requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os investimentos em empresas com controle compartilhado são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o controle conjunto é adquirido ou constituído. O Grupo apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 2.10 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 9, estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, limitadas ao prazo de concessão ou da autorização das usinas, quando aplicável.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia e suas empresas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

A Companhia optou por não valorizar o seu ativo imobilizado ao custo atribuído, uma vez que seus empreendimentos são relativamente novos e não possuem defasagem material de avaliação com relação aos seus valores de mercado.

Com relação aos bens reversíveis, incluindo os terrenos, no vencimento da concessão ou autorização, contabilizados no Ativo Imobilizado, a Companhia determinou seu valor residual como sendo zero. Ao adotar esse critério a Companhia considerou que existem incertezas quanto à forma de determinação do valor da indenização final e sobre sua forma de liquidação, e portanto, a Companhia conclui que a determinação de um valor residual no final do período de concessão seria um ativo contingente, o qual não pode ser considerado enquanto permanecer dúvidas ou disputas a respeito de sua recuperação.

#### 2.11 Intangível

##### (a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(b) Estudos de projeto**

O montante dos gastos incorridos no desenvolvimento de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros são reconhecidos inicialmente ao custo, sendo posteriormente reduzido ao seu valor recuperável, uma vez que a sua recuperação está condicionada a aprovação dos referidos estudos e consequente realização do leilão de novos empreendimentos de geração de energia pela ANEEL, assim como, quando requerida, a obtenção pelas empresas vencedoras do leilão da licença ambiental prévia, em prazos e condições indeterminados.

Por ocasião da aprovação pela ANEEL dos estudos para UHEs, formalizada através de Despachos ou Ofícios, quando a Companhia tem assegurado o ressarcimento dos custos incorridos pelo vencedor do leilão de novos empreendimentos de geração de energia, que poderá ser um terceiro ou parte relacionada, assim como, quando requerida, da obtenção da licença ambiental prévia, um ativo é reconhecido, em contrapartida ao resultado do exercício, uma vez que há indicações claras e objetivas, com base em fontes internas e externas, do direito de exploração ou do seu reembolso, conforme o caso.

No caso específico de PCHs e usinas eólicas, o ativo é reconhecido por ocasião da obtenção, ou quando houver evidências claras e objetivas da obtenção, da outorga, como por exemplo estarem classificadas como prioritárias, ter a licença ambiental prévia, terras nas proximidades do reservatório, projeto básico aceito pela ANEEL estando em fase final de complementação, entre outros. Essas condições são analisadas, individualmente ou em conjunto, considerando fatos e circunstâncias.

Caso o ganhador seja um terceiro, os referidos gastos serão faturados consoante previsão contratual e normas da ANEEL, atualizados monetariamente desde a data de sua aprovação até a data de seu pagamento, tendo por base a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), limitada a 10% ao ano; portanto, corresponde a um ativo financeiro pelo direito contratual de receber deste terceiro. Caso o ganhador seja uma parte relacionada (empresa controlada constituída para explorar o novo empreendimento de geração de energia), o referido gasto poderá ser faturado para a, ou considerado como aporte de capital na, referida sociedade.

Os gastos com pesquisa, quando incorridos, são reconhecidos como despesas no resultado.

#### **(c) Direito de concessão - uso do bem público**

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão contratado decorrente do contrato de concessão firmado pela Monel Monjolinho Energética S.A. com a ANEEL. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o uso do bem público (UBP) até o final do contrato de concessão e amortizado pelo correspondente prazo, a partir do início da operação comercial da usina.

#### **(d) Licenças ambientais**

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado



## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível (Nota 10).

#### **2.12 Diferido**

Corresponde aos gastos incorridos na fase pré-operacional pela sociedade controlada Santa Rosa S.A., que tiveram por origem período anterior ao do início da fase de construção da usina, não tendo, dessa forma, nenhuma vinculação com o projeto, sendo amortizados pelo prazo máximo de cinco anos, a partir da data de início das operações da usina. Conforme facultado no Pronunciamento Técnico CPC 13, a administração optou por manter, nas demonstrações financeiras individuais, o saldo existente no ativo diferido até a sua amortização final.

#### **2.13 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixo para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2012, não há indicação de desvalorização que requeira a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

#### **2.14 Combinação de negócios**

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição foram reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

As participações dos acionistas não controladores que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia no caso de liquidação, são mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da ICPC 09 - "Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas", a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição de participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

acrescido ao valor contábil do investimento. As contraprestações transferidas (valor pago), bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

#### **2.15 Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

#### **2.16 Passivos financeiros**

##### **2.16.1 Financiamentos**

Os financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

O ajuste a valor presente não é aplicável, uma vez que parcela substancial dos financiamentos reúne características próprias, sendo as condições definidas nos correspondentes contratos aplicáveis a qualquer empresa, assim como estando sua concessão limitada ao BNDES.

##### **2.16.2 Concessões a pagar**

É um instrumento financeiro mantido até o vencimento, demonstrado ao custo amortizado e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 9,50%.

#### **2.17 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

#### **2.18 Demais passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

#### **2.19 Reconhecimento da receita**

As receitas de venda de serviços e do fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios inerentes são transferidos para o comprador.

No caso de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros, a receita, ou a recuperação de custos, é reconhecida quando for provável que os benefícios

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

econômicos venham a ser percebidos pela Companhia, fato esse que ocorrerá por ocasião do leilão de energia, quando a empresa vencedora, mediante previsão contratual, se obriga a pagar a Companhia pelos referidos estudos, dependendo ainda, em determinadas circunstâncias, da obtenção da licença ambiental prévia. O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é utilizado para operacionalizar o compartilhamento dos riscos hidrológicos associados ao despacho centralizado, assegurando que todas as usinas recebam seus níveis de Garantia Física independente de seus níveis reais de produção de energia. O MRE realoca a energia produzida, transferindo o excedente daqueles que geraram além de sua Garantia Física para aquelas que geraram abaixo. O ajuste do MRE é apurado e informado ao final de cada ano pela Eletrobras, sendo seu montante (receita ou custo) reconhecido contabilmente somente no encerramento do exercício social.

As demais receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência.

#### **2.20 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social são calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Determinadas sociedades adotam o regime de apuração do lucro real e outras do lucro presumido, como a seguir indicado:

##### **(a) Lucro real**

São calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

##### **(b) Lucro presumido**

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, certas sociedades, cujo faturamento anual do exercício imediatamente anterior tenha sido inferior a R\$ 48.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) estão comentados na Nota 23.

#### **2.21 Contingências ativas e passivas**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- (a) Ganhos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- (b) Contingências passivas - são provisionadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas em notas explicativas às demonstrações financeiras, e as classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

#### **2.22 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.
- O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.
- O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoiar-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma prevê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Com relação ao IFRS 10 e IFRS 11, informamos que nossa subsidiária Passos Maia Energética S.A. consolidada pelo método proporcional em 2012, passará a ser consolidada, a partir de janeiro de 2013, por equivalência patrimonial. Como consequência, durante as Informações Trimestrais de 2013, bem como na Demonstração Financeira Padronizada anual apresentaremos as informações consolidadas

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

relativas ao exercício de 2012 reclassificadas, resultando em menores receitas e despesas, porém sem afetar o resultado consolidado final da Companhia.

- O IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.
- IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

### **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

##### **(a) Vida útil do ativo imobilizado**

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo de concessão das usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

##### **(b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração**

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, o Grupo realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo, com base em suas análises, não identificou necessidade de constituir nenhuma provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas "Imobilizado" e "Intangível".

#### **(c) Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou como referência operação recente contratada com terceiro, cuja precificação se deu com base no fluxo de caixa descontado.

O valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda seria R\$ 11.901 menor ou R\$ 15.478 maior, caso a taxa de desconto utilizada na análise do fluxo de caixa descontado apresentasse uma diferença de aproximadamente 10% em relação às estimativas da administração.

#### **4 Gestão de capital**

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro podem ser assim sumariados:

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Total dos financiamentos (Nota 13)	948.834	755.675
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	127.077	41.490
Menos - aplicação financeira restrita (Nota 7)	41.929	56.880
Dívida líquida	779.828	657.305
Total do patrimônio líquido	687.464	598.136
Total do capital	1.467.293	1.255.441
Índice de alavancagem financeira - %	53,15	52,36

O aumento no índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 decorre da contratação de novos financiamentos para custeio dos projetos em construção.

#### 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Caixa e bancos	590	401	117.995	37.617
Aplicações financeiras (i)	6.536	5	9.082	3.873
	7.126	406	127.077	41.490

(i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Renda Fixa, com rendimentos médios equivalentes a 100% da variação do CDI, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fornecimento de energia elétrica (i)				
Eletrobras - PROINFA			8.220	5.988
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica			7.607	17.867
Terceiros			7.315	8.109
CEMIG- Geração e transmissão S.A.			3.094	
Cientes - prestação de serviços (ii)			2.422	2.511
Cientes - partes relacionadas (Nota 11)	1.554	2.770	237	250
Provisão para devedores duvidosos (iii)	(220)	(220)	(220)	(220)
	<u>1.334</u>	<u>2.550</u>	<u>28.675</u>	<u>34.505</u>

(i) Fornecimento de energia elétrica está representado pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do PROINFA, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e terceiros, com prazo médio de vencimento de 35 dias.

(ii) Clientes – terceiros – o saldo de 31 de dezembro de 2012 (consolidado) corresponde a recebíveis da subsidiária Enex O&M de Sistema Elétricos Ltda.

(iii) Em 31 de dezembro de 2011, o saldo provisionado refere-se a 100% dos títulos em aberto da Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.

#### 7 Aplicações financeiras restritas

##### (a) Ativo circulante

O saldo em 31 de dezembro de 2011 está representado por recursos financeiros aplicados no Banco Itaú S.A. em garantia de carta de fiança bancária emitida pela referida instituição financeira em decorrência do empréstimo concedido pela SN Power, cuja operação foi finalizada em março de 2012 e, por consequência, sendo a referida aplicação financeira liberada nessa mesma data.

##### (b) Ativo não circulante

Por força dos contratos de financiamento firmados com o BNDES para custeio das obras das PCHs Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa, Moinho, Victor Baptista Adami e da UHE Alzir dos Santos Antunes, e com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") para o custeio das obras das Usinas Eólicas Novo Horizonte, Seabra, Macaúbas as empresas devem manter saldos em conta-corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada "conta reserva", com recursos suficientes para o pagamento, a qualquer momento, do equivalente à soma das últimas três parcelas mensais, no mínimo, de principal, juros e demais acessórios, valor esse que permanecerá bloqueado durante todo o prazo de amortização



## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

do referido contrato de financiamento (Nota 13).

As referidas aplicações foram realizadas no Banco Itaú S.A., Bradesco S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco do Brasil S.A., com remuneração equivalente a 100% da variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

As movimentações das aplicações financeiras restritas do ativo circulante e ativo não circulante podem ser assim demonstradas:

	<b>Controladora</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
No início do exercício	24.799	-
Resgates	(25.207)	
Rendimentos	408	
Aplicações	<u>4.938</u>	<u>24.799</u>
No final do exercício	<u>4.938</u>	<u>24.799</u>
	<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
No início do exercício	32.081	18.139
Aplicações	7.409	38.515
Rendimentos	2.439	2.089
Resgates		<u>(1.863)</u>
No final do exercício	<u>41.929</u>	<u>56.880</u>
Ativo circulante (i)		<u>(24.799)</u>
Ativo não circulante	<u>41.929</u>	<u>32.081</u>

(i) O saldo refere-se a uma aplicação realizada no Banco Itaú S.A. no valor de R\$ 24.799 dada em garantia de carta de fiança bancária emitida pela referida instituição financeira em decorrência do empréstimo concedido pela SN Power, cuja operação foi finalizada em março de 2012 e, por consequência, a referida aplicação financeira foi resgatada nessa mesma data.

O valor justo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 aproximam-se de seus valores contábeis.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 8 Investimentos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Em empresas controladas	497.610	513.911		
Em empresas coligadas e outras	<u>85.324</u>	<u>39.042</u>	<u>85.324</u>	<u>39.043</u>
	582.934	552.953	85.324	39.043
Investimentos disponíveis para venda (i)	81.213	76.429	81.213	76.429
Aquisição de terras	<u>21.419</u>	<u>21.439</u>	<u>21.419</u>	<u>21.439</u>
	<u>685.566</u>	<u>650.821</u>	<u>187.956</u>	<u>136.911</u>

(i) Investimentos classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda. O ajuste de avaliação patrimonial acumulado em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 totalizou R\$ 53.687 e R\$ 49.800 (líquido dos efeitos tributários - R\$ 44.432 e R\$ 41.867), respectivamente.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) A composição do saldos dos investimentos em empresas controladas, coligadas e outras, pode ser assim demonstrada:

	2012						2011					
	Custo	Efeitos de combinação de negócios	AFAC	Provisão para perda	Lucro não realizado	Investimento	Custo	Ágio	AFAC	Provisão para perda	Lucro não realizado	Investimento
Empresas controladas												
Enercasa - Energia Caiuá S.A.	4.559					4.559	26.715					26.715
Energen Energias Renováveis S.A.	26.980	6.970				33.950	12.225	6.970				19.195
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	2.742	34.950				37.692	1.860	36.100				37.960
Esmeralda S.A.	27.609				(179)	27.430	34.140				(189)	33.951
Macaúbas Energética S.A.	44.803					44.803	46.344					46.344
Moinho S.A.	44.141				(1.697)	42.444	31.161				(1.765)	29.396
Monel Monjolinho Energética S.A.	115.419				(2.339)	113.080	127.837				(2.431)	125.406
Novo Horizonte Energética S.A.	38.517					38.517	40.311					40.311
Passos Maia Energética S.A.	23.475	3.541				27.016	22.265	3.541				25.806
Santa Laura S.A.	28.174				(263)	27.911	32.779				(279)	32.500
Santa Rosa S.A.	62.799				(1.635)	61.164	58.282				(1.715)	56.567
Seabra Energética S.A.	39.044					39.044	39.760					39.760
	<u>458.262</u>	<u>45.461</u>			<u>(6.113)</u>	<u>497.610</u>	<u>473.679</u>	<u>46.611</u>			<u>(6.379)</u>	<u>513.911</u>
Empresas coligadas												
BBE Bioenergia S.A. (*)	2.213			(2.213)			2.213			(2.213)		
Caldas Novas Transmissão S.A.							24					24
Goiás Transmissão S.A.	52.072					52.072	20.857					20.857
MGE Transmissão S.A.	32.595					32.595	17.497					17.497
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	330		327			657	338		326			664
	<u>87.210</u>		<u>327</u>	<u>(2.213)</u>		<u>85.324</u>	<u>40.929</u>		<u>326</u>		<u>(2.213)</u>	<u>39.042</u>
	<u>545.472</u>	<u>45.461</u>	<u>327</u>	<u>(2.213)</u>	<u>(6.113)</u>	<u>582.934</u>	<u>514.608</u>	<u>46.611</u>	<u>326</u>	<u>(2.213)</u>	<u>(6.379)</u>	<u>552.953</u>

(\*) Em decorrência do contrato assinado com a SN Power, a Companhia deverá transferir a participação mantida junto à BBE para a Jackson.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

	Participação no capital social - %		Patrimônio líquido (passivo a descoberto) - ajustado		Lucro líquido (prejuízo) do exercício - ajustado		Equivalência patrimonial		Lucros distribuídos ou a distribuir	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Empresas controladas e controladas em conjunto										
Enercasa - Energia Caiuá S.A.	100	100	4.559	26.715	(22.065)	(5.865)	(22.065)	(5.865)		
Energen - Energias Renováveis S.A.	95	88,33	28.303	13.840	3.945	(247)	3.570	(149)	(890)	
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	100	100	2.740	1.861	882	790	880	790		(200)
Esmeralda S.A.	99,99	99,99	27.609	33.951	9.140	8.230	9.152	8.230	(2.171)	(1.952)
Macaúbas Energética S.A.	99,99	99,99	44.804	46.345	(1.510)	(55)	(1.511)	(55)		
Moinho S.A.	99,99	99,99	44.149	29.396	740	642	808	642	(176)	(147)
Monel Monjolinho Energética S.A.	99,99	99,99	115.420	125.572	5.386	5.214	5.645	5.215	(1.184)	(1.110)
Novo Horizonte Energética S.A.	99,99	99,99	38.517	40.312	(1.761)	(27)	(1.760)	(27)		
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	50	50	46.750	44.339	1.586	428	1.586	214	(377)	
Santa Laura S.A.	99,99	99,99	28.174	32.499	3.493	3.083	3.510	3.083	(830)	(1.925)
Santa Rosa S.A.	99,99	99,99	62.799	56.547	5.923	2.083	6.004	2.082	(1.407)	(475)
Seabra Energética S.A.	99,99	99,99	39.044	39.760	(691)	(16)	(691)	(16)		
Empresas coligadas e outros										
BBE Bioenergia S.A.	12,5	12,5								
Caldas Novas Transmissão S.A.	25,05	25,05								
Goiás Transmissão S.A.	25,5	25,5	206.201	81.792	2.144	4.916	2.194	1.127	(509)	
MGE Transmissão S.A.	25,5	25,5	128.875	68.617	1.086	2.933	1.086	455	(268)	
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	20	20	1.649	1.656	(1)	(27)	(8)			
Investimentos disponíveis para venda										
FIP Energias Renováveis	6,25		3.066		1					
CER - Companhia de Energias Renováveis S.A.		25		8.684	49	(5.642)				
CERAN - Cia. Energética Rio das Antas	5	5	675.569	604.889	70.680	62				
Dona Francisca Energética S.A.	2,12	2,12	141.270	112.215	35.385	34.532				
							8.400	15.726	(7.812)	(5.809)

O patrimônio líquido contábil da Monel Monjolinho Energética S.A., Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A. e Moinho Energética S.A. em 31 de dezembro de 2012 foi ajustado, para fins de cálculo da equivalência patrimonial, pelo montante dos lucros não realizados decorrentes de operações realizadas entre a Companhia e as referidas controladas, pelos montantes de R\$ 2.339, R\$ 179, R\$ 263, R\$ 1.635 e R\$ 1.697 (2011 - R\$ 2.431, R\$ 189, R\$ 279, R\$ 1.715 e R\$ 1.765), respectivamente.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	<b>Controladora</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
No início do exercício	574.392	315.005
Aquisição de terras	(20)	499
Aporte de capital ou adiantamentos para futuro aumento de capital	83.899	172.028
Reclassificação para ativos classificados como mantidos para venda	(16.976)	
Aquisição de participação societária		50.385
Equivalência patrimonial	8.400	15.726
Encargos financeiros capitalizados em controladas	1.869	9.677
Ganho com investimento (Nota 28(d))	441	17.264
Amortização de ágio	(1.150)	(383)
Baixas	(1.138)	
Dividendos	(45.364)	(5.809)
	<u>604.353</u>	<u>574.392</u>

Os saldos totais das contas patrimoniais e de resultado da sociedade controlada em conjunto consolidada nas demonstrações financeiras consolidadas, proporcionalmente à participação societária mantida, estão resumidos a seguir:

	<b>Passos Maia Energética S.A.</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Ativo</b>		
Circulante	8.234	5.820
Não circulante		
Realizável a longo prazo	3.830	
Imobilizado	135.236	124.923
Intangível	1.984	
	<u>149.284</u>	<u>130.743</u>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		
Passivo circulante	15.260	5.756
Passivo não circulante	87.458	80.648
Patrimônio líquido	46.566	44.339
	<u>149.284</u>	<u>130.743</u>

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Passos Maia Energética S.A.	
	2012	2011
Resultado do período		
Receita líquida	22.410	
Custo dos serviços prestados	(10.491)	
Despesas operacionais	(1.359)	(32)
Resultado financeiro	(6.473)	460
Imposto de renda e contribuição social	(915)	
Lucro líquido do exercício	3.172	428

(c) Informações sobre as empresas controladas e coligadas

- Até 31 de agosto de 2011, a Enex era consolidada proporcionalmente considerando-se sua participação anterior de 50%. A partir de 10 de setembro de 2011 a Companhia adquiriu os demais 50% de participação (Nota 28(d)), passando a consolidá-la integralmente na suas demonstrações financeiras.
  - A Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A. - Planejado para ser instalado no rio Cubatão, em Santa Catarina. A Companhia possui 20% de participação no projeto, estando o início de construção condicionado à renovação da licença ambiental de instalação, cujo processo se encontra em andamento junto ao órgão ambiental estadual.
  - Subestação Caldas Novas - o Consórcio Caldas Novas foi vencedor do Lote C no leilão de transmissão 008/2010, realizado em dezembro de 2010. Uma Sociedade de Propósito Específico, Caldas Novas Transmissão S.A., foi constituída para implantar, operar e explorar comercialmente a subestação Corumbá, de 150MVA, localizada no estado de Goiás, onde a Companhia tem participação de 25,05% na referida sociedade. Em 12 de agosto de 2011, a Companhia transferiu seu direito de exploração, referente à sua participação de 25,05% no Consórcio Caldas Novas à Santa Rita Comércio e Instalações Ltda e à CEL Engenharia Ltda. O pagamento e a transferência ocorrerão após a anuência da ANEEL.
  - Por força da reestruturação societária ocorrida na Companhia em 08 de março de 2012, (Nota 1), foi assinado termo de transferência acionária da nossa participação na BBE Bioenergia S.A. para nosso acionista controlador Jackson. A realização da transferência acionária está impossibilitada, por ora, em função de (i) processo de execução de título extrajudicial movido em face da Desenvix, mantida na 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, bem como de (ii) dos processos arbitrais, sendo que em cada um deles as partes (BBE e Desenvix) ocupam posições diversas, ou seja, Requerente em um e Requerida em outro, em trâmite perante o Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá. Todavia, caso tenhamos perdas/condenações em função das demandas em questão, nosso acionista controlador (Jackson) se responsabilizará pelos valores envolvidos.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Aquisição de terras

A Companhia, com o objetivo de viabilizar a obtenção junto a ANEEL das autorizações ou outorgas para implantação futura de PCHs, para as quais vem desenvolvendo estudos de inventário e projetos básicos, está adquirindo antecipadamente terras nas proximidades de onde serão construídas as futuras PCHs (área a ser atingida pelo reservatório), sendo esta uma das condições para seleção e hierarquização dos interessados.

## 9 Imobilizado

	<b>Consolidado</b>			
			<b>2012</b>	<b>2011</b>
	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Usinas e outros				
Máquinas e equipamentos	836.788	(40.944)	795.844	487.189
Reservatório, barragens e adutoras	473.637	(58.636)	415.001	408.535
Edificações, obras civis e benfeitorias	41.940	(5.093)	36.847	35.612
Terrenos	20.071	(2.298)	17.773	18.818
Material em depósito e outros	2.975		2.975	823
Terrenos - processos judiciais (i)	2.293		2.293	2.279
Equipamentos de informática e outros	843	(342)	501	359
Móveis e utensílios	639	(176)	463	470
Outros	365	(56)	309	413
Sistemas de conexão				
Máquinas e equipamentos	90.713	(5.831)	84.882	47.082
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.354	(57)	1.297	271
Terrenos	424	(2)	422	137
Imobilizados em curso, servidões e outros	55		55	68
Adiantamentos a fornecedores	765		765	90.115
Obras em andamento (ii)	8.090		8.090	165.433
	<u>1.480.952</u>	<u>(113.435)</u>	<u>1.367.517</u>	<u>1.257.604</u>

(i) Terrenos - processos judiciais - está representado pelo montante depositado em juízo decorrente de ações em curso motivadas por problemas de ordem documental e discordância dos valores provenientes da desapropriação das áreas necessárias à implantação das usinas, como aprovadas pela ANEEL (declaração de utilidade pública para fins de desapropriação). Os consultores jurídicos responsáveis pelo acompanhamento das referidas ações indicam como prováveis as chances de êxito nessas questões.

O saldo do ativo Imobilizado da Controladora totaliza R\$ 497 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 462 em 31 de dezembro de 2011). A depreciação reconhecida no resultado do exercício de 2012 foi R\$ 57.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Composição do saldo de "Obras em andamento":

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Engenharia e gerenciamento da obra	7.056	8.322
Obras civis e do reservatório	980	4.208
Engenharia e gerenciamento EPC	54	13.607
Encargos financeiros		16.920
Coordenação e contratação de fornecimento		64.703
Gastos com meio ambiente		5.400
Estudos e projetos		14.483
Canteiro e acampamento		29.440
Outras		8.350
	<b>8.090</b>	<b>165.433</b>

A movimentação do ativo imobilizado pode ser assim demonstrada:

					<b>Consolidado</b>
	<b>Usinas e outros</b>	<b>Sistema de conexão</b>	<b>Adiantamentos a fornecedores</b>	<b>Obras em andamento</b>	<b>Total</b>
Em 31 de dezembro de 2010	568.829	21.584	124.782	92.680	807.875
Adição por aquisição de investimentos	477			319	796
Adições	193.813	19.149	125.442	117.869	456.273
Depreciação	(25.009)	(1.222)			(26.231)
Encargos financeiros capitalizados				19.976	19.976
Transferência entre contas	216.756	8.764	(160.109)	(65.411)	
Baixa	(368)	(717)			(1.085)
Em 31 de dezembro de 2011	954.498	47.558	90.115	165.433	1.257.604
Adições	48.935	8.514	36.117	81.202	174.768
Depreciação	(42.837)	(2.768)			(45.605)
Encargos financeiros capitalizados				10.555	10.555
Transferência de materiais em andamento para estoque	(104)			(117)	(221)
Transferência entre contas	312.458	33.352	(96.622)	(249.188)	-
Aplicação de adiantamentos	(848)		(28.845)		(29.693)
Outros	(96)			205	109
Em 31 de dezembro de 2012	<b>1.272.006</b>	<b>86.656</b>	<b>765</b>	<b>8.090</b>	<b>1.367.517</b>



## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As taxas anuais de depreciação de bens do imobilizado são:

	<u>Taxa média</u>	<u>Intervalo de taxas</u>
Usinas e outros		
Reservatório, barragens e adutoras	4,08	3,7 a 4,8
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,24	3,7 a 4,8
Máquinas e equipamentos	4,29	3,7 a 6,7
Móveis e utensílios	10,00	10,0
Equipamentos de informática e outros	20,00	20,0
Sistemas de conexão		
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,24	3,7 a 4,8
Máquinas e equipamentos	4,03	3,7 a 4,8

## 10 Intangível

A composição dos estudos de viabilidade ambiental, de inventário e projetos básicos e outros, pode ser assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>		
		<u>2012</u>	<u>2011</u>
	<u>Contratos com condição resolutiva</u>	<u>Outros contratos e demais custos</u>	<u>Total</u>
		<u>Total</u>	<u>Total</u>
Estudos de viabilidade e ambiental			
UHE Riacho Seco (ii)	3.350	6.907	10.257
UHE Torixoréu	2.500		2.500
UHE Itaipiranga	1.100		1.100
UHE Baixo Iguaçu			5.000
AHE São Roque (i)			10.334
Estudos de inventário			
Rio Itacaiunas	1.820		1.820
Projetos básicos e outros			
PCH Bonança (iii)	1.493	9	1.502
Outros		4	4
	<u>10.263</u>	<u>6.920</u>	<u>17.183</u>
			<u>32.516</u>

- (i) Gastos revisados e aprovados pela ANEEL em 2010, conforme Ofício nº 1.049/2010. Em 28 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração ratificou a decisão da Diretoria da Companhia em ofertar lance no leilão de energia elétrica A-5 para aquisição dos direitos de exploração da UHE São Roque. Em 24 de janeiro de 2012, por meio de Assembleia de Acionistas, a São Roque Energética S.A. obteve autorização para ser constituída legalmente. Em 26 de janeiro de 2012, a Companhia realizou a transferência do saldo do ativo intangível para contas a receber de partes relacionadas.
- (ii) Gastos revisados e aprovados pela ANEEL em 2010, conforme Ofícios nºs 243 e 453 de 2010.
- (iii) Projeto básico em fase final de aprovação, suportado por licença ambiental prévia e terras adquiridas na região do reservatório.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>Consolidado</b>			
	<b>2012</b>		<b>2011</b>	
	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Uso do Bem Público (UBP)	50.990	(6.673)	44.317	60.891
Ágio na aquisição de investimento	30.445		30.445	30.732
Estudos de viabilidade e ambiental, de inventário e projetos	17.183		17.183	32.516
Direito de autorização (Nota 28)	10.511		10.511	10.511
Licenças de operação	14.264	(6.980)	7.284	3.412
Contratos firmes	5.751	(1.246)	4.505	5.368
Outros	2.796	(661)	2.135	1.523
	<b>131.940</b>	<b>(15.560)</b>	<b>116.380</b>	<b>144.953</b>

As taxas anuais de amortização ativo intangível são:

	<b>Taxa média</b>	<b>Intervalo de taxas</b>
Uso do Bem Público (UBP)	3 a 4	3,57
Ágio na aquisição de investimento	0	0
Estudos de viabilidade e ambiental, de inventário e projetos	0	0
Direito de autorização (Nota 28)	20 a 25	25
Licenças de operação	4	25
Contratos firmes	20	20

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do ativo intangível pode ser assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2010	29.640	100.270
Gastos incorridos no período	7.228	7.228
Gastos apropriados ao resultado (Nota 22)	(4.352)	(4.352)
Outras adições		2.651
Contratos firmes		5.751
Direito de autorização (Nota 28)		6.970
Ágio na aquisição de participação de investimento (Enex)		30.732
Ativo intangível proveniente de aquisição de controlada		190
Amortização da UBP e licenças		(4.487)
	<hr/>	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2011	32.516	144.953
Gastos incorridos no período	3.793	3.793
Gastos apropriados ao resultado (Nota 22)	(3.793)	(3.793)
Transferência para partes relacionadas ativo (Nota 11)	(15.333)	(15.407)
Gastos com licenças ambientais		7.043
Outros		(15.198)
Amortização ágio sobre contratos firmes		(1.150)
Amortização da UBP e licenças		(3.861)
	<hr/>	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>17.183</u>	<u>116.380</u>

A amortização dos ativos intangíveis está apresentada na rubrica Custo do serviço de energia elétrica, no resultado do exercício (Nota 20).

#### (a) Contratos com condição resolutiva

Os serviços de elaboração de estudos de inventário, de viabilidade e ambiental, assim como a elaboração dos projetos básicos são, substancialmente, contratados com a parte relacionada Engevix Engenharia S.A. ("Contratada").

Determinados contratos estabelecem que certos serviços, caso não sejam aprovados pela ANEEL, serão reembolsados pela contratada, assim como determinados custos só serão devidos após a realização do leilão de novos empreendimentos de energia elétrica, quando o ganhador (no caso um terceiro) deverá reembolsar a Companhia e, por consequência, a mesma pagar a contratada. Dessa forma, os pagamentos realizados à contratada por conta dos serviços prestados caracterizam-se como adiantamentos concedidos.

#### (b) Outras informações

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui os seguintes créditos já homologados pela ANEEL (não considerados nos estudos anteriormente mencionados) e que ainda não foram faturados contra as entidades vencedoras do leilão de novos empreendimentos de geração de energia elétrica:

- (i) Consórcio Empresarial Pai Querê - Despacho nº 489 de 24 de julho de 2001 - receita a ser faturada por reembolso de custos, no montante de R\$ 4.380 (data-base julho de 2001).
- (ii) Consórcio GESAI - Grupo Empresarial Santa Isabel - Despachos nº 374 de 5 de setembro de 2000 e nº 523 de 31 de julho de 2001 - receita a ser faturada por reembolso de custos decorrentes de: (i) estudo de inventário do Rio Araguaia, no montante de R\$ 673 (data-base setembro de 2000); e (ii) estudo de viabilidade, no montante de R\$ 3.261 (data-base agosto de 2001).

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Consoante os referidos despachos a sua eficácia está condicionada à apresentação da licença ambiental prévia e às eventuais alterações provocadas pelas exigências ambientais, na concepção inicial desses estudos. Em decorrência, a recuperação dos referidos gastos somente será registrada contabilmente quando for provável que os benefícios econômicos futuros venham a ser percebidos pela Companhia, fato esse que ocorrerá no momento da obtenção das referidas licenças.

#### **(c) Direito de autorização**

O valor alocado como direito de autorização refere-se à diferença entre o valor justo dos ativos e passivos da controlada em conjunto Passos Maia e o custo de aquisição. O valor será amortizado pelo período remanescente da respectiva autorização por ter vida finita, a partir da data do início da operação comercial. O teste de recuperação efetuado no exercício de 2012, pelo valor em uso, foi efetuado de acordo com o CPC 01, não indicando perda de valor a ser reconhecida.

#### **(d) Uso do Bem Público (UBP)**

Como mencionado na Nota 15, o saldo está representado pela obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Alzir dos Santos Antunes (Monel Monjolinho Energética S.A.), ajustado a valor presente. A atualização monetária do referido montante foi contabilizada no ativo intangível até a data de início da operação comercial da usina, sendo posteriormente apropriada ao resultado na rubrica "Despesas financeiras". A amortização é calculada pelo método linear, a partir do início da operação comercial da usina (setembro de 2009), pelo prazo remanescente do contrato de concessão, cujo vencimento é 22 de abril de 2037.

#### **(e) Teste do ágio para verificação de impairment**

Por possuir ativo intangível de vida útil indefinida (ágio) reconhecido na compra da controlada Enex O&M, cujo valor contábil está apresentado no ativo Intangível, como "Ágio na aquisição de investimento", a Companhia efetuou teste de valor recuperável do ágio. Como resultado do teste realizado, não foram identificados desvios do valor contábil por expectativa de rentabilidade futura, permanecendo os valores reconhecidos e suas respectivas amortizações.

Em conformidade com o item 134 do CPC1 (a) o valor contábil do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) alocado à ENEX O&M é de R\$ 35.000, (b) o valor contábil dos ativos intangíveis com vida útil indefinida alocado à ENEX O&M é de R\$ 7.150, (c) para efeitos da análise de recuperabilidade do ágio, a Administração calculou os fluxos de caixa operacionais da ENEX O&M e os descontou pela taxa de custo de capital próprio de 13% a.a.. Posteriormente comparou este valor com o valor contábil da unidade gerado de caixa no qual a ENEX O&M está inserida.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 11 Partes relacionadas

##### (a) Saldos do fim do exercício, decorrentes das vendas e/ou compras de produtos ou serviços

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ativo circulante				
Contas a receber (i)				
Energica Energia Caiuá S.A.	34	80		
Energen Energias Renováveis S.A	473			
Esmeralda S.A.	257	460		
Macaúbas Energética S.A.	55	60		
Moinho S.A.	241	160		
Monel Monjolinho Energética S.A.	73	920		
Novo Horizonte Energética S.A.	52	60		
Passos Maia Energética S.A.	34	60	17	30
Santa Laura S.A.	31	230		
Santa Rosa S.A.	32	460		
Seabra Energética S.A.	52	60		
	<u>1.334</u>	<u>2.550</u>	<u>17</u>	<u>30</u>
Dividendos a receber				
Energen S.A	890			
Esmeralda S.A.	5.963	772		
Goias Transmissão S.A	509		509	
MGE Transmissão S.A	268		268	
Moinho S.A.	174	147		
Monel Monjolinho Energética S.A.	1.006	943		
Passos Maia Energética S.A	377			
Santa Laura S.A.	4.318	1.015		
Santa Rosa S.A.	1.408			
	<u>14.913</u>	<u>2.877</u>	<u>777</u>	
Ativo não circulante - realizável a longo prazo				
Água Quente Ltda.	884		884	915
Bom Retiro S.A.	457	133	457	134
Energica - Energia Caiuá S.A.	27	45.504		
Energen Energias Renováveis S.A (ii)	81.219			
Engevix Engenharia S.A. (iii)	3.087		3.087	
Esmeralda S.A.	3			
FUNCEF (iv)	5.367	4.275	5.367	4.275
Jackson Empreendimentos Ltda. (iv)	18.099	14.529	18.099	14.529
JP Participações Ltda.	775	525	775	525
Macaúbas Energética S.A. (v)	2.802	13		
Moinho S.A.	648	12.785		
UHE Cubatão S.A.	104	7	104	7
Usina Pau D'Alho S.A. (vi)	14.652	13.295	14.652	13.295
	<u>128.124</u>	<u>91.066</u>	<u>43.425</u>	<u>33.680</u>
Total do ativo	<u>144.371</u>	<u>96.493</u>	<u>44.219</u>	<u>33.710</u>

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Passivo circulante				
Fornecedores				
Engevix Engenharia S.A. (vii)			4.070	6.505
Partes relacionadas				
CEL Engenharia de Manutenção	1.025		1.024	
Energica – Energia Cauá SA (viii)	12.100			
Energen Energias Renováveis S.A. (viii)		1.131		
Engevix Engenharia S.A. (ix)	6.106	1.002	9.733	4.713
Goiás Transmissão S.A (x)	8.690		8.690	
Jackson Empreendimentos Ltda. (ix)	2.627		2.627	
MGE Transmissão S.A (x)	7.680		7.680	
Monel Monjolinho Energética S.A. (viii)	5.818	16.833		
Novo Horizonte Energética S.A (viii)	3.034			
Santa Laura S.A. (viii)	48	162		
Santa Rita Comércio e Instalações Ltda.	324		324	
Santa Rosa S.A. (viii)	3.089	920		
Seabra Energética S.A.Seabra (viii)	100			
SN Power (xi)		118.346		118.346
	50.641	138.394	30.078	123.059
Total do passivo	50.641	138.394	34.148	129.564

- (i) Referem-se às faturas em aberto pelo serviço de gerenciamento prestado pela Controladora às subsidiárias.
- (ii) Contrato de mútuo entre a Controladora e a subsidiária, sem incidência de encargos financeiros, cujo objetivo foi à implantação do Parque Eólico Barra dos Coqueiros. O vencimento do contrato está previsto para o início do mês de janeiro de 2013, conforme Nota 33 d.
- (iii) Valor referente ao ressarcimento pelo desenvolvimento do projeto de Baixo Iguaçu, sem incidência de encargos financeiros. A liquidação do saldo está previsto para o primeiro semestre de 2013.
- (iv) Valor devido pelos Controladores referente ao contrato de mútuo, sem vencimento e sem incidência de encargos financeiros, além dos valores pelo reembolso dos custos com a venda de participação acionária ocorrida no dia 08 de março de 2012.
- (v) Contrato de mútuo entre a Controladora e a subsidiária, sem incidência de encargos financeiros, cujo objetivo foi à implantação do Parque Eólico de Macaúbas. O vencimento do contrato está previsto para o primeiro semestre de 2013.
- (vi) Contrato de compromisso de Mútuo entre a Controladora e a Usina Pau D'Alho S.A, corrigido com base na variação positiva da taxa DI anualizada, acrescida de 3% ao ano, capitalizada anualmente, a partir de cada depósito ou pagamento.
- (vii) Saldo em aberto dos serviços de empreitada integral para construção dos nossos empreendimentos de geração de energia elétrica. O vencimento será durante o ano de 2013.
- (viii) Contrato entre a subsidiária e a Controladora, sem incidência de encargos financeiros. O vencimento do contrato está previsto para o primeiro semestre de 2013.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ix) Composto principalmente pelo saldo em aberto da cobrança de garantias e avais corporativos, referente ao ano de 2012, dos contratos de financiamentos da Controladora e suas subsidiárias.
- (x) Saldo de aporte de capital a integralizar, previsto para ocorrer no primeiro trimestre de 2013.
- (xi) Empréstimo em moeda nacional sujeito a encargos equivalentes a variação do CDI e acréscimo de margem, liquidado em 8 de março de 2012 quando do fechamento da operação de venda de participação (Nota 1 b).

#### (b) Vendas de produtos e serviços

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado do exercício				
Receitas de prestação de serviços				
Enercasa Energia Caiuá S.A.	393	680		600
Energen Energias Renováveis S.A.	923			
Esmeralda S.A.	266	480		
Macaúbas Energética S.A.	544	720		720
Moinho S.A.	355	640		480
Monel Monjolinho Energética S.A.	731	960		
Novo Horizonte Energética S.A.	535	720		720
Passos Maia Energética S.A.	766	720	383	360
Santa Laura S.A.	276	240		
Santa Rosa S.A.	351	480		
Seabra Energética S.A.	546	720		720
	<u>5.686</u>	<u>6.360</u>	<u>383</u>	<u>3.600</u>

A receita faturada (montante integral) pela empresa controlada Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda., considerada como custo dos serviços de energia elétrica, para as PCHs e UHEs, totalizou R\$ 9.989 em 2012 (R\$ 5.683 em 2011). O montante faturado pela Engevix Engenharia S.A. contra a Companhia e suas controladas totalizou R\$ 21.634 em 2012 (R\$ 1.641 em 2011), representado, substancialmente, por custo de construção da usina.

A Companhia mantém contratos de prestação de serviços de gerenciamento das atividades operacionais com a Santa Laura, Santa Rosa, Esmeralda, Monel, Moinho, Passos Maia, Macaúbas, Seabra, Novo Horizonte e Enercasa, sendo os preços determinados considerando os custos internos.

A Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa, Monel, Moinho, Passos Maia e Enercasa possuem contratos firmados com a Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. referente aos serviços de operação e manutenção para operação das usinas.

A sociedade ligada Engevix Engenharia S.A. ("Engevix"), controlada pela Jackson, foi contratada para implantar as Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usina Hidrelétrica, Parque Eólico e Usinas em construção descritas na Nota 1(a), em regime de contrato de empreitada integral, incluindo o projeto básico, projeto executivo, obras civis, aquisição, montagem e comissionamento dos equipamentos eletromecânicos.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (c) Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, que inclui os conselheiros e diretores estatutários totalizou R\$ 4.639 em 2012 (R\$ 4.396 em 2011).

#### 12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Terceiros	3.077	5.167	107.663	134.375
Partes relacionadas			4.070	6.505
	3.077	5.167	111.733	140.880
Passivo circulante	(3.077)	(5.167)	(111.733)	(140.880)

#### 13 Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Financiamento de obras - BNDES (i)			456.077	424.466
Financiamento de obras - BNB (ii)			272.480	271.422
Financiamento de obras - CDB (iii)	-	-	102.049	-
Debêntures (iv)	98.910	-	98.910	-
Financiamento de capital de giro (v)	10.000	10.000	10.000	10.000
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) (vi)	8.694	17.406	8.732	17.443
Cédula de Crédito Bancário (vii)		31.033		31.033
Outros	1	65	586	1.311
	117.605	58.504	948.834	755.675
Passivo circulante	(18.695)	(49.665)	(74.052)	(81.519)
Passivo não circulante	98.910	8.839	874.782	674.156



## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos financiamentos pode ser assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2010	36.076	399.012
Captações	211.052	561.916
Pagamentos	(208.539)	(270.793)
Encargos financeiros		
Apropriados ao resultado	10.238	44.899
Capitalizados no imobilizado de controladas	9.677	19.976
Saldo proveniente de aquisição societária (Enex)		665
	<hr/>	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2011	58.504	755.675
Captações	215.130	376.353
Pagamentos	(164.765)	(249.389)
Encargos financeiros		
Apropriados ao resultado	8.736	55.640
Capitalizados no imobilizado de controladas	-	10.555
	<hr/>	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>117.605</u>	<u>948.834</u>

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante, são os seguintes:

	<u>Consolidado</u>			
	<u>Valor contábil</u>		<u>Valor justo</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Financiamento de obras - BNDES (i)	456.077	424.466	390.340	375.672
Financiamento de obras - BNB (ii)	272.480	271.422	252.552	244.370
Financiamento de obras - CDB (iii)	102.049	-	134.373	
Debêntures (iv)	98.910	-	103.976	
Financiamento de capital de giro (v)	10.000	10.000	6.724	7.379
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) (vi)	8.732	17.443	8.842	17.185
Cédula de Crédito Bancário (vii)	-	31.033		31.048
Outros	586	1.311	586	1.311
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	<u>948.834</u>	<u>755.675</u>	<u>897.393</u>	<u>676.965</u>

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas empresas controladas têm basicamente as seguintes características:

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (i) Financiamentos para construção das usinas - BNDES

Empresas	Encargos financeiros - % a.a.	Consolidado	
		2012	2011
Monel Monjolinho Energética S.A.	TJLP + 2,1	169.402	182.097
Santa Rosa S.A.	TJLP + 3,8	74.385	81.981
Enercasa – Energia Caiuá S.A.	TJLP + 2,5	53.856	-
Moinho S.A.	TJLP + 2,0	51.072	49.552
Passos Maia Energética S.A.	TJLP + 1,9	46.619	41.094
Esmeralda S.A.	TJLP + 3,5	32.006	37.152
Santa Laura S.A.	TJLP + 3,5	28.737	32.590
		<u>456.077</u>	<u>424.466</u>

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	Quantidade de parcelas	Mês de vencimento	Ano	
			Primeira parcela	Última parcela
Monel Monjolinho Energética S.A.	192	Outubro	2010	2026
Santa Rosa S.A.	168	Fevereiro	2009	2023
Enercasa – Energia Caiuá S.A.	158	Junho	2012	2025
Moinho S.A.	192	Agosto	2012	2028
Passos Maia Energética S.A.	160	Outubro	2012	2026
Esmeralda S.A.	144	Abril	2007	2019
Santa Laura S.A.	144	Julho	2008	2020

Os contratos de financiamentos estabelecem que as empresas deverão manter e atender os seguintes índices financeiros: (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), sendo o mesmo calculado dividindo-se o valor do fluxo de caixa líquido das operações pelo valor do serviço da dívida, de acordo com parâmetros preestabelecidos; e (ii) Índice da Relação Mínima do Patrimônio Líquido e Ativo Total (PLxAT), como a seguir indicados:

	ICSD	PLxAT
Esmeralda S.A.	1,3	NR
Santa Laura S.A.	1,3	0,3
Santa Rosa S.A.	1,2	0,3
Enercasa – Energia Caiuá S.A.	1,3	0,3
Monel Monjolinho Energética S.A.	1,3	25%
Passos Maia Energética S.A.	1,2	25%
Moinho S.A.	1,2	25%

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNDES ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva (Nota 7)" e "Movimento (centralizadora)".

Adicionalmente, as referidas cláusulas estabelecem que as empresas: (i) não poderão distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio cujo valor, isolada ou conjuntamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro; (ii) não poderão constituir, sem prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro, qualquer gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia; (iii) não poderão ceder nem vincular em favor de outro credor, sem prévia anuência do BNDES ou do Agente Financeiro, a receita cedida e vinculada; e (iv) não emitir debêntures ou partes beneficiárias, nem assumir novas dívidas, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro.

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) fiança prestada pela Engevix Engenharia S.A. (aplicável para a Esmeralda S.A. e Santa Rosa S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 7)); (vi) contratação de carta de fiança bancária, no montante de R\$ 126.000, com vigência até 2027 (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A.) a qual foi retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; (vii) contratação de carta de fiança bancária, ficando dispensada desde que a Santa Laura S.A. apresente ICSD de 1,3, como mencionado anteriormente, a qual foi retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; e (viii) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado.

Em atendimento aos requerimentos do BNDES ou do Agente Financeiro foram firmados com o Unibanco S.A. (aplicável a Esmeralda S.A. e Santa Laura S.A.), com o Bradesco S.A. (aplicável a Santa Rosa S.A.), com o Banco do Brasil S.A. (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A. e Passos Maia Energética S.A.) e com o Banco Santander S.A. (aplicável a Moinho S.A.), os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

Todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (*covenants*) vêm sendo atendidas.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (ii) Financiamentos para construção das usinas - BNB

<u>Empresas</u>	<u>Encargos financeiros - % a.a.</u>	<u>Consolidado 2012</u>
Macaúbas Energética S.A.	9,5	100.391
Novo Horizonte Energética S.A.	9,5	86.050
Seabra Energética S.A.	9,5	86.039
		<u>272.480</u>

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	<u>Quantidade de parcelas</u>	<u>Mês de vencimento</u>	<u>Primeira parcela</u>	<u>Última parcela</u>
Macaúbas Energética S.A.	180	Julho	2013	2028
Novo Horizonte Energética S.A.	180	Julho	2013	2028
Seabra Energética S.A.	180	Julho	2013	2028

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNB ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva" e "Movimento (centralizadora)".

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 7));

(v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade *Completion Bond*, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento; (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia.

Em atendimento aos requerimentos do BNB foram firmados com o próprio BNB os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

## **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

**em 31 de dezembro de 2012**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

O contrato prevê Bônus de Adimplência Sobre Encargos de 25% sobre os encargos incidentes, desde que as prestações de juros ou de principal e juros sejam pagos até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a., cuja diferença será contabilizada como desconto financeiro.

#### **(iii) Financiamento de obras – China Development Bank (CDB)**

A Energen celebrou contrato de financiamento no valor de US\$ 50.000 mil (R\$102.049) junto ao CDB, destinado à implantação da Central Geradora Eólica denominada EOL Barra dos Coqueiros. Os débitos do financiamento serão pagos em 29 parcelas semestrais e consecutivas, com juros equivalentes à LIBOR (US\$ - 6 meses) acrescidos de 5,10% ao ano.

Juntamente com este contrato de financiamento serão também celebrados contratos de garantias envolvendo: (i) alienação fiduciária de ações da Energen detidas pela Desenvix e pela Água Quente; (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) alienação fiduciária de ativos e equipamentos; e (iv) cessão condicional de contratos em garantia.

#### **(iv) Debêntures**

A Companhia emitiu 100 mil debêntures com valor nominal de R\$ 1 mil cada em 12 de dezembro de 2012. As debêntures são remuneradas pela variação acumulada de 100% das taxas diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) acrescidas de um spread de 2,80% de juros ao ano. Os encargos financeiros serão pagos semestralmente em 8 parcelas, vencendo a primeira em 12 de junho de 2013 e a última no dia do vencimento das debêntures. O principal será amortizado semestralmente em 5 parcelas semestrais consecutivas, vencendo a primeira em 12 de dezembro de 2014 e a última no dia do vencimento das debêntures. O vencimento das debênture será em 12 de dezembro de 2016.

#### **(v) Financiamentos de capital de giro**

Financiamento sujeito a encargos financeiros mensais correspondentes a 100% da variação do CDI, acrescida de 2,80% de juros ao ano. Os encargos financeiros serão pagos em 12 parcelas mensais, vencendo a primeira em 17 de setembro de 2011 e a última em 8 de agosto de 2013 e o principal em parcela única com vencimento em conjunto com a última parcela dos encargos financeiros. Em garantia foi oferecido aval da Engevix Engenharia S.A. no montante total da dívida.

#### **(vi) Financiamento de Estudos e Projetos (FINEP)**

Obtido para custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto denominado "Projetos Básicos, Estudos de Inventário e de Viabilidade Ambiental para Pequenas Centrais Hidrelétricas", sujeito a encargos financeiros correspondentes a juros compostos de 5% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), para pagamento em 49 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em dezembro de 2009 e a última em 2013. Os encargos financeiros serão pagos mensalmente no período de carência (data entre a contratação do financiamento e a data de início de amortização da dívida); posteriormente, serão pagos em conjunto com as parcelas de amortização do financiamento. Em garantia foram oferecidas cartas de fiança bancária.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### (vii) Cédula de Crédito Bancário

Contratada na modalidade de mútuo, sujeita a encargos financeiros correspondentes a 100% da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI), acrescida de juros de 4,5% ao ano, para pagamento efetuado em parcela única em março de 2012.

#### 14 Concessões a pagar

O saldo está representado pela obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Alzir dos Santos Antunes (Monel Monjolinho Energética S.A.), ajustado a valor presente, considerando a taxa de juros de 9,50%. A correspondente obrigação será paga em parcelas mensais, atualizadas anualmente com base na variação do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo), nos meses de outubro. A primeira parcela teve seu vencimento em setembro de 2009, data de início da operação comercial da usina, e a última terá seu vencimento em abril de 2037.

A UHE Alzir dos Santos Antunes (Monel Monjolinho Energética S.A.) foi arrematada no leilão promovido pela ANEEL em novembro de 2001, sendo o correspondente contrato de concessão firmado em abril de 2002 e tendo a empresa entrado em operação em setembro de 2009. O contrato de concessão firmado estabelece, dentre outros, o seguinte: (a) pelo uso do bem público a empresa pagará à União, da data de início da operação comercial da primeira unidade hidrogeradora até o final da concessão, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 2.400 (R\$ 72.000 pelo prazo da concessão após o início das operações), atualizado monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas, tendo como base o índice relativo ao mês anterior à data do leilão. Ao final do prazo de concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

#### 15 Impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
IOF a recolher	8.067	5.143	8.067	5.143
Tributos retidos na fonte (ISSQN, IRRF, INSS,CSLL e outros)	2.430	2.517	3.724	4.057
COFINS a pagar	441	292	1.729	1.776
Taxas e contribuições ANEEL			899	663
PIS a pagar	95	63	374	386
ISSQN a pagar		40	74	235
ICMS a pagar			19	350
	<u>11.033</u>	<u>8.055</u>	<u>14.886</u>	<u>12.610</u>

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 16 Outros passivos (consolidado)

Estão representados por provisões constituídas para atender projetos sociais, meio ambiente, compensação ambiental e acabamento das usinas, assim como custos incorridos na contratação de cartas de fiança bancária e também arrendamento de terras a pagar de longo prazo onde a Companhia é o arrendador.

#### 17 Patrimônio líquido

##### (a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2012, está representado por 107.439.555 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

##### (b) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

#### 18 Provisão para contrato de energia

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Conta a pagar por energia não entregue (i)	22.040	
Penalidade por inadimplência perante CCVE (ii)	11.018	
Passivo circulante	<u>33.058-</u>	<u>-</u>

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### (i) Conta a pagar por energia não entregue

Em atendimento ao item 1 e 2 da Clausula 7ª, referente ao pagamento da receita fixa, do Contrato de Energia de Reserva CER nº 23/08, firmado entre Enercasa Energia Caiuá S/A e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica em 29 de junho de 2009, foram efetuados os pagamentos pela energia independente da entrega da mesma. Conservadoramente a Administração diferiu o reconhecimento da receita com fornecimento de energia elétrica.

A reclassificação é factível de reversão conforme mencionado na Nota 1c.

#### (ii) Penalidade por inadimplência perante CCVE

Em atendimento às condições previstas no item 14.1, referente à penalidade pela não entrega de energia, do Contrato de Energia de Reserva CER nº 23/08, firmado entre Enercasa Energia Caiuá S/A e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica em 29 de junho de 2009, foi realizada provisão para penalidade por inadimplência à obrigação de entrega de energia.

A provisão é factível de reversão conforme mencionado na Nota 1c.

### 19 Receita operacional líquida

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fornecimento de energia elétrica			186.411	139.053
Serviços prestados	5.686	6.360	25.922	15.415
Impostos sobre prestação de serviços			(3.304)	(8.992)
Impostos sobre fornecimento de energia elétrica	(435)	(373)	(10.802)	(2.073)
Receita operacional líquida	<u>5.251</u>	<u>5.987</u>	<u>198.227</u>	<u>143.403</u>



## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 20 Custos e despesas por natureza

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Depreciação e amortização	(57)	(44)	(50.616)	(30.335)
Despesas com pessoal	(4.023)	(5.288)	(25.997)	(16.764)
Serviços de terceiros	(5.119)	(5.921)	(15.106)	(9.320)
Penalidade por inadimplência perante CCVE			(11.018)	
Remuneração dos administradores	(4.639)	(4.396)	(4.639)	(4.396)
Viagens e estadias	(1.067)	(1.297)	(2.730)	(2.317)
Aluguel	(718)	(630)	(2.923)	(1.725)
Impostos e taxas	(124)	(248)	(427)	(693)
Encargos setoriais			(10.613)	(7.298)
Propaganda e publicidade	(1.211)	(893)	(1.962)	(1.035)
Seguros fianças e comissões			(2.112)	(2.169)
Compras de energia			(7.490)	(24.595)
Bônus aos colaboradores e administradores	(800)		(800)	
Outros	(550)	(307)	(3.001)	(1.399)
Custos e despesas gerais e administrativas	<u>(18.308)</u>	<u>(19.024)</u>	<u>(139.434)</u>	<u>(102.046)</u>

#### 21 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Despesas financeiras				
Com financiamentos	(8.736)	(10.238)	(55.640)	(44.899)
Cartas de fiança bancária	(15.240)	(2.794)	(18.642)	(2.794)
IOF e multa e juros sobre tributos	(5.716)	(3.483)	(5.793)	(3.564)
Variações monetárias passivas	(314)	(192)	(490)	(192)
Concessões a pagar e outras despesas	(309)	(207)	(12.241)	(3.280)
	<u>(30.315)</u>	<u>(16.914)</u>	<u>(92.806)</u>	<u>(54.729)</u>
Receitas financeiras				
Com aplicações financeiras	972	1.868	3.797	5.053
Variações monetárias ativas	3.792		3.795	2
Juros e outras		2.028		2.028
	<u>4.764</u>	<u>3.896</u>	<u>7.592</u>	<u>7.083</u>
	<u>(25.551)</u>	<u>(13.018)</u>	<u>(85.214)</u>	<u>(47.646)</u>

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 22 Despesas com estudos em desenvolvimento

Os gastos incorridos na elaboração dos estudos de inventário de bacias, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólicos e outros, podem ser assim demonstrados:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
BBE - Bioenergia	(269)	(447)
Eólica Barra dos Coqueiros		(149)
Eólica Canarana	(64)	(110)
Eólica Cassino		(112)
Eólica Diamantina	(35)	(171)
PCH Aerado, Bom Retiro, Barracão e Sossego	(17)	(103)
PCH Bandeira	(30)	(114)
PCH Bonança/Quebrada	(14)	(161)
PCH Bonito A	(7)	(178)
PCH Bonito B	(28)	(219)
PCH Cascudo	(6)	(176)
PCH Cobre	(29)	(194)
PCH Ervalzinho Baixo	(5)	(166)
PCH Pinhalito	(26)	(257)
PCH Rio do Forno	(6)	(233)
PCH Sakura	(144)	(227)
PCH Salto Grande	(4)	(196)
PCH São Manoel	(31)	(181)
Rio Piquiri	(11)	(105)
Rio Taquari Antas	(888)	
UHE Apertados	(51)	(198)
UHE Comissário	(1.035)	
UHE Ercilândia	(50)	(171)
UHE Foz do Piquiri	(973)	
UHE São Roque	(3)	(174)
Outros	(67)	(310)
	<u>(3.793)</u>	<u>(4.352)</u>

#### 23 Imposto de renda e contribuição social

##### (a) Do exercício

A Companhia, assim como as empresas controladas Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. e Monel Monjolinho Energética S.A. optaram pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas, optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável.

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O encargo de IRPJ e CSLL nos períodos findos em 31 de dezembro podem ser assim demonstrados:

	<b>Controladora</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Imposto de renda e contribuição social		
Diferido	1.569	1.772
	<u>1.569</u>	<u>1.772</u>
	<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(10.406)	(7.394)
Diferido	5.123	3.823
	<u>(5.283)</u>	<u>(3.571)</u>

O encargo corrente de IRPJ e da CSLL, por regime de apuração, nos períodos findos em 31 de dezembro, pode ser assim demonstrado:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Regime de apuração		
Lucro real		
Imposto de renda	(4.477)	(3.284)
Contribuição social	(1.629)	(1.222)
	<u>(6.106)</u>	<u>(4.506)</u>
Lucro presumido		
Imposto de renda	(2.788)	(1.875)
Contribuição social	(1.512)	(1.013)
	<u>(4.299)</u>	<u>(2.888)</u>
Total do encargo no exercício	<u>(10.406)</u>	<u>(7.394)</u>